

Reflexões etnográficas sobre a construção goffmaniana do ator social

Raoni Barbosa

Doutorando da UFPE

Recebido em: 21/01/2015

Aprovado em: 25/05/2015

Este artigo apresenta uma reflexão sobre aspectos do esquema conceitual goffmaniano com base em experiências etnográficas no Varjão/Rangel, bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. Discute a construção da estrutura da pessoa (do *self*) em situações caracterizadas pelo estigma e intensa pessoalidade. A partir da ênfase de Goffman na dimensão processual e histórica da *estrutura da pessoa*, analisa o cotidiano dos moradores do Varjão/Rangel com suas histórias tensas de manifestação da vergonha cotidiana e da vergonha desgraça, bem como as disputas morais que gravitam em torno das nomeações oficial (Varjão) e oficiosa (Rangel) do bairro.

Palavras-chave: disputas morais, emoções, pessoa (*self*), bairro do Varjão/Rangel

The aim of the article **Ethnographic Reflections on the Goffman's Construction of the Social Actor** is to present a reflection about aspects of Goffmanian conceptual scheme based on ethnographic experiences in Varjão/Rangel, popular neighborhood of the city of João Pessoa, Paraíba. It discusses the construction of the *structure of the person (self)* in situations characterized by stigma and intense personality. From Goffman's emphasis in processual and historical dimension of the *person's structure*, the article analyzes the daily lives of residents of Varjão/Rangel with their expressions of tense stories of everyday shame and disgrace shame, as well as the moral disputes that gravitate around the official (Varjão) and unofficial nominations (Rangel) of the neighborhood.

Keywords: moral disputes, emotions, self, Varjão/Rangel neighborhood

Introdução

O presente artigo busca conectar alguns argumentos elaborados durante a minha pesquisa de campo no bairro do Varjão/Rangel, em João Pessoa, Paraíba, sobre a construção do ator social como pessoa (*self*) com base em reflexões a partir do esquema conceitual goffmaniano. A questão surgiu na medida em que avançava a etnografia de um bairro popular, tido pela cidade de João Pessoa e pelo próprio bairro como lugar violento, sujo e perigoso, onde residem indivíduos de baixo padrão moral.

O bairro do Varjão/Rangel apresenta registro de moradores desde a década de 1920¹, muito embora somente a partir da década de 1980 sua ocupação tenha sido iniciada de forma substancial, como se verifica, em linhas gerais, em muitos bairros periféricos da cidade. Localiza-se na Zona Oeste de João Pessoa e faz parte de uma área tomada por bairros populares, sendo alvo de um discurso oficial e midiático que o rotula como violento e o

submete a controles sociais vários, como a presença ostensiva de patrulhamento policial e de agentes comunitários de saúde, para além de uma série de equipamentos públicos e de projetos assistenciais que buscam intervir no cotidiano dos moradores do bairro.

Este trabalho entende o bairro do Varjão/Rangel, nesse sentido, como integrado e interdependente ao espaço urbano da cidade de João Pessoa, em um jogo permanente de poder e de disputas morais. O sentimento de pertença (KOURY, 2003, 2004, 2005, 2006, 2009, 2010a, 2010b) ao bairro denota, assim, uma forma de se situar naquele espaço em relação ao próprio bairro e também à cidade onde está incluído, o que provoca uma situação particular de afetos, em que a ambivalência parece predominar no sentido de amor e ódio pela cidade e pelo bairro. Com efeito, decidiu-se usar a denominação Varjão/Rangel para qualquer referência ao bairro, haja vista sua identidade dupla, dúbia e ambígua, ora Varjão, ora Rangel.

A denominação Varjão/Rangel tem o sentido de expressar a ambiguidade verificada quanto ao nome oficial do bairro, Varjão – segundo a Lei nº 1574, de 4 de setembro de 1998, da Câmara Municipal da Cidade de João Pessoa, Paraíba –, e Rangel, nome usual e reconhecido pela cidade em geral e por seus moradores. Varjão e Rangel denotam duas formas distintas de apreensão do local: o termo Rangel marca uma pertença identitária, enquanto Varjão é percebido por meio de sinalizações estigmatizantes (Idem, 2013, 2014).

A cidade e o bairro são cotidianamente apropriados e reavaliados como espaços que integram e dão sentido ao cotidiano do morador e, de forma simultânea, provocam receios e parecem manchar a reputação que ele tenta organizar para si mesmo como “pessoa de bem” e trabalhador. Morar no bairro é vestir, a todo o momento, as composições de pertencimento como solidariedade e conhecimento que dão segurança e bem-estar ao dia a dia, mas, também, é usar as instrumentações estilísticas e estigmatizantes oferecidas pela cidade ao Varjão/Rangel.

O ato de morar na cidade, por meio do bairro, possibilita uma ampliação de oportunidades de trabalho, habitação, saúde, educação, lazer, consumo e também das redes de contato. Significa ao mesmo tempo, porém, o encorpar-se – de forma ressentida e que a todo o momento precisa se desculpar ou acusar – do imaginário de perigoso, violento e mal-educado que norteia os discursos sobre o próprio lugar de moradia e aos próprios moradores que nele habitam.

O desenrolar da pesquisa permitiu o registro no caderno de campo de falas e narrativas dos moradores do bairro que afirmaram a um só tempo um forte sentimento de pertença e de amor ao local, muito embora esse sentimento fosse tensionado por um sentimento de ódio e articulado com desculpas reiteradas de impessoalidade e de não envolvimento do ator social com o outro próximo, seja na condição de vizinho, amigo ou parente. Esse outro próximo aparece sempre definido como elemento de perigo, de contaminação e de sujeira,

uma vez que associado aos canais de fofoca e de intriga que supostamente cruzam o bairro do Varjão/Rangel, ou mesmo a carreiras morais ligadas a histórias e a situações vergonhosas ou de pequenos ilícitos.

Para o pesquisador se colocava, assim, diante do material etnográfico produzido, a necessidade de debruçar-se sobre a questão de como a constituição do ator social tangencia os sentimentos de pertença ao local, haja vista que os atores sociais se encontram sempre situados em seus respectivos sistemas de posições e lugares, de onde articulam um *ethos* e uma visão de mundo próprias (GEERTZ, 2012) alicerçados em uma cultura emotiva dada. Despontava também, para o pesquisador, a questão de como a pertença como vínculo social, de implicações emocionais e cognitivas, informa e conforma as estratégias de definição da situação e dos quadros (*frame*) de eventos a que lançam mãos os atores sociais em jogo comunicacional (GOFFMAN, 2012). Essas inquietações foram perseguidas conforme avançava o fazer etnográfico no campo de pesquisa.

O presente artigo busca explorar, assim, a questão da pertença como sinalização maior de uma cultura emotiva sob o prisma do esquema conceitual goffmaniano simbólico-interacionista (BLUMER, 2013), a partir do qual pode ser trabalhado o fenômeno da construção do ator social nos jogos indeterminados de interação. Nestes jogos são exercitadas múltiplas modalidades de ação correspondentes a papéis sociais e, também, uma diversidade de imagens e valorizações de si como jogador em cena na conformação sempre tensa e conflituosa do *self* como fluxo que se desloca em uma sociabilidade dada com seus códigos de moralidade em disputa.

Nesse sentido, este artigo discute algumas notas etnográficas produzidas no decorrer da pesquisa. Esse material etnográfico foi desenvolvido a partir de experiências em todo o bairro do Varjão/Rangel. Aqui aparecem relatos organizados para tratar de vivências em um residencial onde o pesquisador pôde conviver mais de perto com os moradores: o Residencial X.

Reflexões sobre a construção goffmaniana do ator social

A perspectiva goffmaniana de interacionismo simbólico parte da noção de indivíduo relacional como ator reflexivo e criativo (*self*) e do social como indeterminação, como processo de negociação e de reconfiguração constante². Os atores sociais, porém, se encontram situados em palcos de interação, onde desempenham papéis sociais específicos conforme a situação social em que se deslocam performaticamente compondo linhas (*lines*), fachadas (*faces*) e exercitando estratégias de aproximação, afastamento e evitação do outro.

Goffman (2011, pp. 13-14) entende por linha (*line*) o padrão comunicativo e comportamental que orienta a ação cotidiana dos atores em relação. Por fachada (*face*) o ator entende o valor positivo que o ator reivindica para si por meio da imagem que projeta sobre como os outros o classificam durante uma situação dada.

Goffman compreende o social como uma ordem moral sempre em processo tenso e conflitual de negociação e abertura para novas possibilidades. É enfático ao descrever o espaço interacional como um mundo altamente moralizado de vínculos sociais que constroem física, moral e emocionalmente o ator social a se apresentar como uma multiplicidade de papéis sociais situados em sistemas variáveis de posições, hierarquias, fronteiras e poderes sociais próprios.

Cada um destes sistemas, dotado de códigos singulares que regulam o tráfego humano ordinário e a economia de apresentação da linha (*line*) e da fachada (*face*) de cada ator informa, com todas as ambiguidades e ambivalências próprias do social como figuração contingente de sentidos, o estado atual das disputas morais que expressam publicamente a qualidade de atos apropriados e inapropriados para cada categoria de ator que ali se desloca.

O esquema conceitual goffmaniano é sintetizado na ideia de ordem social, na qual se percebem os ajuntamentos, situações e ocasiões sociais em que cada ator busca uma forma possível de encaixe (*fit in*). O encaixe é a forma social moralmente afiançada por consensos atuais, mas sempre tensa e conflitual, na qual os atores buscam realizar-se como subjetividades axiologicamente marcadas. Nas palavras do autor:

(...) uma ordem social pode ser definida como a consequência de qualquer conjunto de normas morais que regulam a forma com a qual as pessoas buscam atingir objetivos. O conjunto de normas não especifica os objetivos que os participantes devem buscar nem o padrão formado pela (e através da) coordenação ou integração desses fins, e sim meramente os modos de buscá-los (GOFFMAN, 2010, p.18).

O conceito de ordem social – pensado como indicador de uma moralidade – situa a subjetividade como elemento que movimenta e dá vida ao social dentro de parâmetros norteadores da ação. Os conteúdos sociais da ação, destarte, muito embora não façam parte da ordem social, são por ela tangenciados como possibilidades de realização legítima, de modo que constroem cada ator social a estratégias rituais de encaixe (*fit in*), nas quais se faz possível manter linhas (*lines*) de conduta e preservar fachadas (*faces*) de identidade.

A proposta teórico-metodológica goffmaniana sofreu uma forte influência da filosofia social de Simmel, que, em linhas gerais, foi uma das grandes inspirações para a Escola de Chicago. A proposta simmeliana de análise da gênese e dinâmica de um espaço societal a partir do jogo dialético entre cultura subjetiva ou conteúdo social e cultura objetiva ou forma social constitui

uma referência teórica para afirmar a localização dos atores sociais em teias de significado (KOURY, 2014), em redes de interdependência ou figurações (ELIAS, 1993, 1994, 1997, 2000, 2011) microfundamentadas (SCHEFF, 1990, 2008, 2013a, 2013b, 2014), a partir das quais estes atores sociais performatizam as respectivas posições e papéis sociais, fronteiras simbólicas, hierarquias e classificações morais em uma sociabilidade (SIMMEL, 1998a, 1998b, 2005, 2011, 2013) ou ordem social (GOFFMAN, 2010, 2011, 2012) dada.

Esse argumento articula as noções de pertença a um local ou espaço interacional como indicador de uma cultura emotiva ao exercício de definição da situação e de construção de quadros (*frames*) de eventos por parte dos atores sociais, que performatizam criativamente a ordem social na qual se deslocam.

A noção de local ou de lugar, nesta argumentação, aparece como “campos de comunicação e não como pontos no espaço físico” (TRAJANO, 2012, pp. 249-250). Trata-se, assim, de como o sentimento de pertença está vinculado intrinsecamente ao local no qual o indivíduo social exerce o jogo comunicacional cotidiano em que se insere como ator social.

Neste sentido, Koury (2003, p. 79), utilizando a nomenclatura meadiana, define a importância do local para a teia de sentidos que norteia as ações individuais em uma coletividade dada: “O lugar do *Nós*, assim, é o caldo comum dos diversos mapas estabelecidos pelos sujeitos na sua permanente configuração, como pessoa social, como *mim*”.

Simmel entende o social como encontro e confrontação de subjetividades ou culturas subjetivas, cujos conteúdos emocionais e afetivos se objetificam como cultura objetiva nas mais variadas formas sociais. Nesse confronto entre subjetividades, isto é, no processo intersubjetivo, são gerados os vínculos, sempre tensos e conflituosos, e a todo instante negociados e vigiados, entre os indivíduos.

Uma vez gerados os vínculos entre as subjetividades, estes passam a conformar, constranger e tentar dominar as próprias subjetividades impondo possibilidades de deslocamentos legítimos, pelos próprios sujeitos que os construíram, no espaço societal. Assim, tanto para Simmel como para Goffman, o espaço de interações se institui e se conforma como um espaço de estranhamentos, de constrangimentos, de embaraço e de disputas morais ininterruptas, mas também como lugar de memórias, de afetos e de ludicidade, de projetos coletivos, de solidariedade e de segredos.

Giddens (2002, 2013), ao lado de Simmel, dialoga de forma bastante produtiva com o esquema conceitual goffmaniano. Em sua teoria sobre a estruturação social e da modernidade, ele discute a noção goffmaniana de encaixe (*fit in*) e desencaixe (*fit out*).

O autor postula que nos espaços interacionais modernos o risco social, nos mais variados formatos, se apresenta de maneira a abolir as certezas sobre o outro. Exagera, assim, a indeterminação goffmaniana como atributo do social para as situações de uma ordem social

complexa pautada em uma cultura pós-moderna. Ele insiste também na necessidade de flexibilidade como um movimento não só de controle do risco latente de desencaixe (*fit out*), mas, também, como uma forma de ler a si mesmo e ao outro relacional. A definição da situação por um ator social reflexivo busca delimitar o campo de suas próprias ações e configurar as linhas (*lines*) e fachadas (*faces*) adequadas ao movimento dirigido para o outro, gerando um sistema de atividades a partir de expectativas comuns.

O ator social reflexivo, ainda na leitura de Giddens, formula, simultaneamente, estratégias de leitura das ações dos outros e de suas montagens de linhas (*lines*) e fachadas (*faces*) como respostas às suas ações: forma-se um jogo de ações recíprocas que devem ser assimiladas ou negadas de forma direta ou indireta nas negociações cotidianas em um ajuntamento, ou em uma situação, ou em uma ocasião social. Esta argumentação remete, indiretamente, ao jogo dialético simmeliano, entendido como sociabilidade, entre cultura subjetiva e cultura objetiva.

O Residencial X constitui um ambiente interacional e comunicativo pródigo de momentos em que se percebe o quanto uma ordem social é fundamentada em tensões, conflitos, disputas e negociações constantes, que se acomodam segundo uma geometria deveras variável e elástica. Situado no bairro do Varjão/Rangel, o residencial está sujeito a uma classificação estigmatizante na cidade de João Pessoa e no discurso e na imagem de cada morador do bairro, haja vista que a nomeação oficial do lugar (Varjão) contamina a nomeação oficiosa (Rangel) como esforço moral de integração do bairro aos padrões morais modernizantes da cidade.

Este cenário, contudo, se faz mais interessante em razão da impossibilidade de uma diferenciação interna segura e definitiva, na forma de uma fronteira simbólica evidente entre os moradores do bairro, segundo essa hierarquização dicotômica. Disto resulta que todos os moradores do bairro podem ser incluídos e se incluem, conforme a conveniência e a oportunidade, no exercício de desculpas e acusações, assim que a situação exija (WERNECK, 2009), tanto no Varjão quanto no Rangel, aludindo ambas as nomeações a um único e mesmo território, mas a espaços, tempos e padrões sociais diametralmente distintos e excludentes (TRAJANO, 2010).

Ao contrário do que descreve Elias (2000) em Winston Parva, no Varjão/Rangel não se faz possível identificar uma separação entre estabelecidos e *outsiders*, entre os que envergonham e amedrontam com padrões de conduta, demandas morais e fofocas, e os que se esforçam em se encaixar neste modelo superior de ser e parecer um ator social honrado. Da mesma forma, o estigma (GOFFMAN, 1988) se repete no residencial para todos os moradores, sem exceção.

Neste ambiente, o exercício continuado da copresença atua na estruturação de linhas e fachadas por parte de atores sociais que buscam preservar suas noções de honra, dignidade e orgulho na administração dos medos corriqueiros e da vergonha cotidiana que cimentam esta

sociabilidade. Os perigos e o desconforto da copresença, inerentes à apresentação do *self* e à percepção das possíveis identidades do outro na forma de transmissão incorporada de informações linguísticas e expressivas, colocam o ator social como um jogador em um jogo ritual, mas também como uma imagem construída em processo interacional.

Esta imagem ou fachada, sempre passível de ser perdida ou desfigurada, deve ser preservada pelo ator social sob pena de que este seja privado de seu orgulho, honra e dignidade. Este arcabouço emocional construído e realizado nas relações sociais e sem o qual o ator social se veria catapultado a uma situação de *não pessoa* no espaço interacional somente se preserva mediante um exercício ininterrupto de controle cognitivo e emocional: o aprumo³ (*poise*) para o envolvimento nos ajuntamentos e situações que legitima a ordem social. O aprumo é o exercício performático, expressivo-comportamental e moral-emocional que contribui para a legitimação do envolvimento do ator social nos ajuntamentos e situações.

Em situações de longa copresença como a identificada no Residencial X, todo ato se torna potencialmente indicativo de um envolvimento (*commitment*) do ator social, donde resulta a importância do que Goffman (2010, p. 96) entende por desatenção civil (*civil inattention*). A desatenção civil é esta forma primeira e sutil de perceber o outro no jogo comunicacional como ator social não ameaçador, permitindo-lhe a acessibilidade para as trocas simbólicas.

Não raro fica evidente o quanto esta cortesia mínima, adquirida em um processo custoso de socialização para a habilidade social adequada, implica em estratégias de cegueira diplomática (*tactful blindness*) (GOFFMAN, 2011, p. 25) e refinada administração das tensões e das informações sensíveis que a qualquer momento podem irromper na forma de insultos morais entre os moradores do residencial. Essas fronteiras simbólicas, uma vez desrespeitadas, comprometeriam alianças, acordos e negociações tacitamente acomodados de boa convivência.

O insulto moral, aqui entendido a partir de Cardoso de Oliveira (1996, 2008, 2011), permanece no âmbito mais pessoal e informal do jogo interacional, configurando pequenos gestos e insinuações que buscam, em linguagem goffmaniana, desfigurar (*defacement*) (GOFFMAN, 2011, p. 18) o outro a quem se dirige a ofensa. Trata-se, desta forma, de uma estratégia sutil e muitas vezes subliminar de amedrontar e envergonhar o outro, lançando-o em uma situação de perda da face e de intenso desconforto interior.

O insulto moral, ao instituir uma situação de quebra de confiança no jogo interacional, assume uma retórica e uma performatividade própria de modo a provocar toda uma gramática emocional de sentimentos de injustiça, ressentimento e indignação moral. O local (TRAJANO, 2010) de trocas materiais e simbólicas, com efeito, sofre uma reconfiguração em razão do conflito que ali se instaura como forma de sociação (SIMMEL, 2011).

O insulto moral pode assumir a dimensão da humilhação ou, no dizer de Thomas Scheff (1990), da vergonha desgraça. Este sentimento de elevados custos emocionais para o indivíduo e para a figuração social em que se situa pode vir a irromper em ações pautadas em sentimentos de ira/raiva que redundam (COELHO, 2010) na violência banal cotidianamente verificada em situações acentuadamente marcadas pela pessoalidade e pelo estigma.

As estratégias de evitação (*avoidance processes*) (GOFFMAN, 2011, p. 25) que se apresentam no Residencial X e no Varjão/Rangel de forma geral, tais como segredar informações sensíveis sobre o vizinho do lado, ou acordar tacitamente os horários em que cada morador pode legitimamente aparecer na varanda, nos corredores, ou mesmo para jogar o lixo fora, assumem o papel de diminuir o impacto das situações de copresença. Desta política de boa convivência se valiam abertamente as moradoras do apartamento 206, sem, contudo, deixar de manter uma postura relativamente agressiva quanto à defesa de suas formas egocêntricas de territorialidade.

Certa ocasião, o pesquisador pôde observar um encontro entre as moradoras do apartamento 206 com a moradora do apartamento 208. Tratava-se de uma situação deveras tensa, perpassada por silêncios e por uma descrição mal-contida que muito claramente indicava a urgência com que cada parte da interação buscava estratégias de deserção (*desertion*) (Idem, 2010, p. 204), deriva (*drift*) (Idem, p. 190) e desvio de atenção (*diversion of attention*) (Idem, p. 195) em face de uma troca de gentilezas forçada pela própria disposição arquitetônica do residencial.

A senhora do apartamento 208 se dirigia à casa, vinda de seu culto evangélico habitual das terças-feiras. Trajava, neste sentido, a moda evangélica que lhe permitia o reconhecimento imediato por parte de seus pares de sua visão de mundo religiosa e tradicional e, também, permitia ao *outro generalizado* situá-la socialmente como fachada individual e sentimento de pertença a um código de moralidade específico. As moradoras do apartamento 206, por seu turno, estavam relativamente à vontade com seus trajes de dormir. Uma das moças brincava com sua cachorrinha, enquanto a outra realizava a limpeza da frente do apartamento delas e de áreas adjacentes até o limiar da escadaria do residencial.

Os cumprimentos foram breves e frios, denunciando uma tolerância bastante frágil entre aquelas vizinhas. O fato, porém, do animal de estimação das moças ter invadido sorrrateiramente a casa da senhora, chegando a subir no sofá e morder uma peça de decoração, gerou um embaraço imediato. As moças, em reação, gritaram para o pesquisador, que ora se encontrava na soleira do apartamento 210 e lhe pediram para que trouxesse o animal de volta a casa.

A senhora, bastante embaraçada e desgostosa, havia perdido momentaneamente a fachada, mas rapidamente se recompôs da surpresa, preservando o silêncio e os gestos duros como expressão de seu orgulho e dignidade. Muito embora sua casa e parte de sua intimidade tivessem sido invadidas pelo descontrole das moças e pela presença do pesquisador, ela não se dispôs a entabular qualquer conversação, fechando-se rapidamente em seu apartamento.

Ali se manifestava uma das muitas fronteiras simbólicas entre os moradores, que, em disputas morais silenciosas e discretas, mas bastante agressivas e azeitadas por fofocas e intrigas, se afirmavam como estilos de vida plurais em um ambiente estigmatizado e pessoalizado. Os ajuntamentos no Residencial X, nesse sentido, podiam se mostrar frágeis o bastante conforme variavam as situações e ocasiões sociais com suas lógicas rituais específicas e seus próprios conteúdos emocionais de medo, vergonha, amizade, raiva etc.

Ao lado dessas estratégias de evitação que buscam minimizar o efeito de situações de copresença continuada e pessoalidade intensa das relações entre indivíduos relacionais, Goffman (2009, 2014) traz à discussão estratégias de arrefecimento e decantação do outro (*cooling out*) (Idem). Isso vem a significar uma forma de projetar-se no outro de modo a forçá-lo a uma definição da situação ou a um quadro (*frame*) de eventos diferente daquele que o caracteriza como jogador (“I”) e imagem (“me”) de um ator social no jogo interacional.

Estratégias de arrefecimento implicam em uma reorganização dos códigos morais, das expectativas projetivas, das leituras de passado e das narrativas de si que este ator social elaborava até então. Esse exercício de projetar-se no outro em uma situação de tensão, provocando uma transformação na forma como este outro define a situação em jogo e reorganiza seu discurso, e se adaptando sutilmente ao discurso deste outro, Goffman denomina de *footing*. Nas palavras do autor,

Uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma em que conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso *footing* é uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre de eventos. (...) os participantes mudam constantemente seus *footing* ao longo de suas falas, sendo estas mudanças uma característica inerente à fala natural (GOFFMAN, 1998, p. 75).

Os conceitos de *footing* e de carreira moral, desenvolvidos por Goffman, ao abordar a questão da construção da *estrutura da pessoa*, enfatizam a dimensão processual e histórica desta construção como narrativa de si, como projeto de envolvimento com a alteridade, elaboração identitária e compromisso de implicações morais, cognitivas e emocionais com as situações nas quais o ator social se envolve. Nas palavras do autor, o ator social se

constitui em processos de disputas morais e jogos de poder, de afirmação e administração de um *self* sempre negociado com o outro que vigia, julga e também anima as redes de interdependência mais variáveis quanto à forma e ao conteúdo.

Para Goffman, o indivíduo que se apresenta na condição de ator social representa um conjunto de valores que reclama, por conseguinte, o cuidado com o mesmo como elemento definidor das vidas sociais daquele indivíduo. Neste sentido, o ator social como unidade moral lança mão de estratégias de arrefecimento e decantação do outro, de modo a administrar o impacto de suas jogadas de engate e desengate da situação, o que pode vir a gerar até a morte social do outro. Mas também lança mão de estratégias de acobertamento, sigilo, de jogar no que é seguro ou de retardar a revelação de si ou o envolvimento com o outro etc.

Como se pode observar nos depoimentos dos moradores de todos os espaços do bairro do Varjão/Rangel, as contradições e ambivalências sobre o viver no bairro são bastante evidentes. Do mesmo modo, o sentimento de amizade entre vizinhos e moradores do bairro é manifestado por meio de um jogo performático que oscila do amor ao ódio e vice-versa, como é possível ver no depoimento de Cláudia, que a todo o momento se contradiz entre gostar do bairro e ter amigos ali, e o seu contrário.

O Varjão/Rangel, assim, é posto como um bairro de “pessoas de bem”, prestativas e trabalhadoras, mas, ao mesmo tempo, um lugar de *mundiça, engraçadinhos, ladrões e cheira-colas*. O morador experimenta um sentimento de mal-estar profundo ao ser dilacerado internamente por essas dinâmicas de aproximação e repulsa. Ao mesmo tempo em que reforça um sentimento confuso de pertença em relação a um bairro que diz amar e onde décadas ou mesmo toda uma vida se concentra como memórias, vínculos afetivos e redes de solidariedade, o morador afirma como maior estratégia projetiva de futuro a organização da saída do bairro, para assim poder criar seus filhos em um ambiente melhor e menos problemático.

O medo de ser percebido, pela cidade, como parte de uma comunidade bastante estigmatizada e violenta redundou, por parte dos moradores, em uma postura ambígua e ambivalente de aproximação e evitação do bairro e do que o simboliza. Exemplo maior desta assertiva é a identidade dúbia Varjão/Rangel ou mesmo Cristo/Varjão/Rangel, oportunamente utilizada pelos moradores para negar ou invisibilizar o passado do bairro, o conhecido Varjão, como área de invasão apropriada pelas famílias do interior que se acomodavam às margens do Rio Jaguaribe e nas proximidades da Mata do Buraquinho, e mesmo seu presente como área afetada pela pobreza e pela exclusão, identificando-o, por outro lado, como o bairro do Cristo (área adjacente, de classe média) e com o nome não oficial de Rangel.

A violência, a má-educação e o desrespeito a uma etiqueta cortês, assim como o crime e a problemática das drogas são todos fenômenos fantasticamente associados, pelos moradores do bairro, ao Varjão. No imaginário deles, o Varjão corresponde a um não lugar, (da mesma forma que seu morador corresponde a uma não pessoa), que se situa sempre mais à frente, ou mais abaixo, ou em um passado já esquecido, mas nunca como espaço interacional imediato e geograficamente presente na estrutura urbana da cidade de João Pessoa.

Muitos moradores afirmaram, nas entrevistas, não ter mais tempo para os amigos, uma vez que dizem estar inteiramente subsumidos a atividades econômicas ou outros tipos de ocupação. A subjetividade, de fato, é performatizada, isto é, oportuna e convenientemente circunstancializada como uma questão privada, não cabendo ao morador, nestes discursos, mais que uma relação contratual com os seus iguais no espaço público.

A distância entre o discurso e a prática do morador nesta performance é evidente, uma vez que a participação nas redes de intriga, nos canais de fofoca e nos rituais interacionais cotidianos de amizade, de solidariedade e de cortesia fazem parte da vida individual no bairro. A fronteira entre espaços públicos e privados, deste modo, não é fixada por um código moral rígido, estático, ou mesmo regulada por uma zona de mediação ou um espaço de encontro entre o público e o privado.

O Varjão/Rangel, longe disso, apresenta uma dinâmica interacional em que o público e o privado se misturam, seja em casa, seja na rua, mas que podem ser oportunamente distanciados caso o morador assim o deseje com o fito de salvaguardar a face ou de objetivar uma posição específica no interior de uma disputa moral que envolva as noções do bairro como Varjão e como Rangel, simultaneamente. As fronteiras, assim, são elementos móveis na paisagem humana do bairro. Exemplo disso pode ser visto no relato abaixo:

Almoçando no restaurante do bairro, o Luar do Sertão, pude vivenciar uma cena bastante tensa entre um dos donos do estabelecimento e um cliente. Este último, exaltado e em um acesso de raiva, levantou da mesa coletiva em que se encontrava, virando a sua cadeira em direção à passagem e quase quebrando o prato em que comia. Queixou-se em alta voz, batendo violentamente com o punho na mesa, de que não comeria mais “nessa merda”, e que não pagaria pelo serviço. O dono do estabelecimento, que servia outras mesas, dirigiu-se a ele, enfrentando-o ostensivamente. Neste momento apareceu um senhor, também dono do local e que parecia ser o pai do primeiro, e se interpôs entre os dois homens que se armavam para uma luta. As mulheres que serviam as refeições e dava atenção às mesas, se voltaram para onde vinha a confusão, gritando “Hey, o que é isso? Parem com isso!”, ao mesmo tempo em que buscavam acalmar os clientes oferecendo explicações sobre a situação. Quando a ordem se restabeleceu, essas mulheres se dirigiram aos clientes mais novos e estrangeiros ao local, como eu, por exemplo, explicando que tudo se tratava de um conhecido que se encontrava perturbado a mais de um dia, provocando aquele tipo de cena, tentando, assim, salvar a face do próprio negócio mediante a circunstancialização do ocorrido, ao mesmo tempo em que tentavam minimizar

a cena ao classificar o perturbador da situação como um conhecido de longa data do restaurante e do bairro. Para a administração do constrangimento causado por um ator, concorreram esforços de todos os presentes no restaurante: ao mesmo tempo que os donos e agregados se esforçavam em elaborar desculpas e se desculpar do transtorno causado, os clientes se portavam no sentido de demonstrar empatia com os donos, entendendo que a desordem fora pontual e de natureza pessoalizada por problemas específicos de um cliente e morador antigo do Varjão/Rangel (Diário de campo, 11 de março de 2013).

A cena descrita aponta, por um lado, para o equilíbrio tenso e frágil entre códigos de conduta privados e públicos e, por um outro lado, para as fragilidades interacionais e de manutenção das fachadas individuais e coletivas no jogo de administração de disputas morais cotidianas. No bairro, o mesmo espaço pode ser rapidamente ressignificado no sentido de seu deslocamento para a pessoalidade ou para a impessoalidade de uma situação qualquer, como no caso do acidente aqui exposto.

Os espaços interacionais, pelo que se desprende da cena apresentada, não se organizam por polaridades como tradição/modernidade, pessoa/indivíduo (DAMATTA, 1987), entre outras, mas de tensões, negociações e coexistência de elementos ambíguos, fronteiriços e de identidades múltiplas. Assim que a pessoalidade se faz presente até mesmo nas relações que deveriam ser impessoais e contratuais, como no jogo interacional entre clientes e empresários. Em casos de quebra da normalidade normativa, como no exemplo anteriormente tratado, os vínculos de parentesco e vizinhança se sobrepõem à regulação exterior e impessoal dos vínculos sociais, de modo que a administração das tensões e disputas morais são justificadas em relação ao sentimento de pertencimento ao local, em detrimento de códigos mais abstratos de moralidade.

A negociação face a face, isto é, a copresença, é de extrema importância para a solução destes pequenos conflitos e da violência banal e corriqueira que se produz no bairro. Ao mesmo tempo, porém, o intenso ver e ser visto pelo outro, bem como o confrontar-se consigo, traz à tona a possibilidade de vir a ser traído.

O medo de ser traído pelo outro é recorrente. Podemos ler no fragmento da narrativa contida no diário de campo exposto anteriormente como a pessoalidade nas situações busca manter o frágil equilíbrio de tensões entre atores que se conhecem desde sempre, ainda que estes ultrapassem as fronteiras da boa convivência e incorram em pequenos embaraços e constrangimentos. Esse grau administrável de vergonha pode se transformar, a qualquer momento, em processos de humilhação e desfiguração do outro, de modo que exigem uma vigilância constante de si e do outro.

Um dos elementos de fundamental importância para que esta vigilância ocorra de forma bem-sucedida podem ser percebidos justamente nas redes informais de informação que tecem as intrigas e os canais por onde a fofoca flui. O tratamento dispensado ao elemento perturbador, no

restaurante Luar do Sertão, se dirige a uma figura conhecida e estimada no bairro, sobre a qual se tem informações sobre todo o processo de vida, filiação e humores, isto é, sobre a qual é possível aplicar mecanismos de administração de tensões de modo a minimizar ações que ameacem ou destruam os vínculos sociais, preservando, assim, a continuidade da ordem interacional.

A fofoca, assim, opera funções aparentemente contraditórias, mas que se resolvem em uma dimensão mais ampla da sociabilidade, uma vez que, se de um lado, permite o conhecimento pessoalizado do outro e de suas ações, com todo o custo emocional que isto acarreta, por outro, os custos emocionais na administração pessoalizada do outro implica em um medo constante do outro relacional e da sua possível traição. Ou seja, por mais que a intimidade do outro seja conhecida e devassada pela rede informal de informação, ele permanece uma incógnita causadora de problemas que podem vir a surpreender os mecanismos sociais de administração de tensões.

Isso pode se verificar, como já exposto anteriormente, nas diversas situações de interações cotidianas no bairro. A fofoca, deste modo, é um fenômeno recorrentemente pronunciado pelos moradores do bairro. As senhoras do bairro, por exemplo, enfatizam em suas narrativas o vizinho em potencial como um fofoqueiro inveterado, isto é, aquele que espreita a porta para devassar os segredos de suas famílias. Se por um lado se constata uma intensa movimentação de moradores pelas ruas do bairro, em visitas constantes e trocas materiais e simbólicas, por outro se coloca o “estar na porta dos outros” como um elemento de humilhação, principalmente para as senhoras.

Esse discurso do não querer estabelecer vínculos de amizade na rua, na vizinhança e no bairro procura colocar o bem de si como patrimônio moral maior em relação ao “outro generalizado” (MEAD, 1973, p. 184) que, muito embora fisicamente próximo, pode se situar socialmente distante, haja vista as incertezas e os riscos que sua imagem emite. Este bem de si, entendido como manutenção de linhas (*lines*) e fachadas (*faces*) construídas no jogo interacional dá azo a um campo de possibilidades em que uma resistência por parte dos moradores do Varjão/Rangel em relação ao estigma que sofrem por parte da cidade pode ser construída.

Considerações finais

O artigo apresentou alguns elementos da cultura emotiva do bairro do Varjão/Rangel a partir de notas etnográficas produzidas durante a imersão em campo, de modo a poder discutir o sentimento de pertença e de como esta emoção pode ser abordada para uma reflexão sobre a construção do ator social com base no esquema conceitual simbólico-interacionista goffmaniano.

Trata, assim, de discutir questões pertinentes à construção da *estrutura da pessoa* ou do ator social em situações caracterizadas pelo estigma e pela intensa pessoalidade, como os cenários tensos e conflituosos do Varjão/Rangel – espaço interacional tido por violento e perigoso no imaginário da cidade e do próprio morador do bairro.

Neste sentido, o presente trabalho pretendeu discorrer sobre os códigos de moralidade construídos nas disputas morais entre moradores de um bairro fortemente estigmatizado e caracterizado pela intensa pessoalidade e copresença continuada. As disputas morais no bairro do Varjão/Rangel gravitam em torno das nomações oficial (Varjão) e oficiosa (Rangel) do bairro, oportunamente usadas como desculpas e acusações de si e do outro.

Esse exercício de desculpa e acusação como estratégia de evitação e de desfiguração do outro acaba por contaminar todos os moradores do bairro, haja vista se encontrarem em uma situação de engolfamento. Ou seja, as cadeias de interdependência imprimem uma proximidade física e social densa, que dificulta a expressão da individualidade. Trata-se de uma ordem moral de copresença exacerbada, o que exige um esforço performático continuado dos atores sociais em cena em seu processo cotidiano e indeterminado de conformação como pessoa (*self*), cena esta que pode ser perturbada pelos elementos mais banais de estranhamento entre os indivíduos em interação, redundando em insultos morais e violência física ou simbólica.

Notas

¹ De acordo com registros encontrados em historiadores locais sobre a formação da cidade de João Pessoa, o Varjão aparece como um local de assentamentos por ocupação espontânea da população de baixa renda desde os anos de 1920 (OCTAVIO, 1985, p. 257). O retrato é de uma comunidade isolada da cidade e de difícil acesso, no interior da Mata do Buraquinho, conforme Ribeiro (2000, p. 94): “para ir ao Varjão (...) só havia um caminho (...) Nessa via de acesso para aquele bairro não passava carro, por conta da ladeira íngreme e cheia de buracos devido à erosão causada pelas chuvas. Até carroça tinha dificuldade de transitar pela ladeira”.

² A leitura de Goffman tem servido como base reflexiva para muitos autores brasileiros contemporâneos. Ver, por exemplo, os trabalhos de Koury (2015), Velho (2002, 2008), Ratton e Zamboni-Ratton (2006), Martins (2008), Gastaldo (2004, 2008), Fehse (2008), Trajano Filho (2008), Alves (2012), entre outros.

³ Goffman (2011, p. 17) entende por aprumo a capacidade ritual do ator social em cena de contrabalançar ataques à sua fachada, de modo a não perder a face (*to loose face*) diante de estratégias de envergonhamento e desfiguração por parte do outro relacional e manter a ordem interacional em fluxo.

Referências

- ALVES, Fábio Lopes. (2012), *Noites de cabaré: A prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício*. São Paulo, Arte e Ciência.
- BLUMER, Herbert. (2013), “A sociedade como interação simbólica”. Em: COELHO, Maria Cláudia (org). *Estudos sobre interação: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 75-90.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. (2011), *Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro, Garamond.
- _____. (1996), *O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. Ensaio antropológico sobre moral e ética*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1998), *O trabalho do antropólogo*. Brasília, Paralelo 15/ São Paulo, Editora Unesp.
- DAMATTA, Roberto. (1987), *A casa e a rua: Cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- ELIAS, Norbert. (1993), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1994), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1997), *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2011), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. [e] SCOTSON, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FREHSE, Fraya. (2008), “Erving Goffman, sociólogo do espaço”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, nº 68, pp. 155-166.
- GASTALDO, Édison (org). (2004), *Erving Goffman: Desbravador do cotidiano*. Porto Alegre, Tomo Editorial.
- _____. (2008), “Goffman e as relações de poder na vida cotidiana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, nº 68, pp. 149-153.
- GEERTZ, Clifford. (2012a), “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”. Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, pp. 3-24.
- _____. (2012b), “‘Ethos’, visão de mundo e a análise de símbolos sagrados”. Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, pp. 93-106.
- GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2013), “Goffman: Um teórico social sistemático”. Em: COELHO, Maria Cláudia (org). *Estudos sobre interação: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 285-327.
- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- _____. (1998), “Footing”. Em: RIBEIRO, Branca Telles [e] GARCEZ, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre, AGE, pp. 11-15.

- _____. (2009), “Acalmando o otário: Alguns aspectos de adaptação à falha”. Tradução de Jordão Horta Nunes. *Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, Vol. 16, n° 1, pp. 195-211.
- _____. (2010), *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2011), *Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2014), “Sobre o resfriamento do Marca: Alguns aspectos da adaptação ao fracasso”. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 13, n° 39, pp. 266-283.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2003), “O local enquanto elemento intrínseco da pertença”. Em: LEITÃO, Cláudia (org). *Gestão Cultural*. Fortaleza, Banco do Nordeste, pp. 75-88.
- _____. (2004), “Sistema de nomeação, pertença, medos corriqueiros e controle social. O uso dos apelidos entre um grupo de jovens da cidade de João Pessoa, Paraíba”. *Campos*, Vol. 5, n° 1, pp. 69-91.
- _____. (2005), “Viver a cidade: Um estudo sobre pertença e medos”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 4, n° 11, pp. 148-156.
- _____. (2006), *O vínculo ritual*. João Pessoa, EdUFPB.
- _____. (2009), *Emoções, Sociedade e Cultura: A categoria de análise Emoções como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba, CRV.
- _____. (2010a), “Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade”. *Sociologias*, Vol. 25, n° 12, pp. 286-311.
- _____. (2010b), “Identidade e pertença: Disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens”. *Etnográfica*, Vol. 12, n° 1, pp. 27-58.
- _____. (2013), “Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade”. Córdoba, Argentina, *Anais do X RAM em CD-ROM*.
- _____. (2014), *Estilos de vida e individualidade: Escritos em Antropologia e Sociologia das Emoções*. Curitiba, Appris.
- _____. (2015), “Por que as amizades acabam? Uma análise a partir da noção goffmaniana de vulnerabilidade”. *Relaces – Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, Ano 7, n° 17, pp. 20-31.
- MARTINS, Carlos Benedito de Campos. (2008), “Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, n° 68, pp. 137-144.
- MEAD, George H. (1973), “Espíritu, persona y sociedad: Desde el punto de vista del conductivismo social”. Buenos Aires, Paidós.
- OCTÁVIO, José. (1985), “João Pessoa – Uma cidade do patriarcalismo à urbanização (1946/55)”. Em: AGUIAR, Wellington [e] OCTÁVIO, José. *Uma cidade de quatro séculos: Evolução e roteiro*. João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba, pp. 256-267.
- RATTON, José Luiz [e] ZAMBONI-RATTON, Marcela. (2006), “Confiança, normalidade e interação: Aproximações entre Simmel e Goffman”. Trabalho apresentado no XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, pp. 1-15.

- REZENDE, Claudia [e] COELHO, Maria Claudia. (2010), *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. (2000), *Retratos de Jaguaribe: Um passeio histórico*. João Pessoa, EdUFPB.
- SCHEFF, Thomas J. (1990), *Microsociology: Discourse, Emotion and Social Structure*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (2008), “Shame and Community: Social Components in Depression”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 7, n° 19, pp. 7-30.
- _____. (2011), “A vergonha como a emoção principal da análise sociológica. Alguns exemplos nas músicas populares”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 10, n° 28, pp. 74-86.
- _____. (2013a), “Desvendando o processo civilizador: Vergonha e integração na obra de Elias”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 12, n° 35, pp. 637-655.
- _____. (2013b), “Vergonha no self e na sociedade”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 12, n° 35, pp. 656-686.
- _____. (2014), “A repressão da vergonha”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 13, n° 37, pp. 10-18.
- SIMMEL, Georg. (1998a), “A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva”. Em: SOUZA, Jessé [e] OËLZE, Berthold J. (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB, pp. 23-40.
- _____. (1998b), “Sobre a sociedade e a cultura – Parte I”. Em: SOUZA, Jessé [e] OËLZE, Berthold J. (orgs). *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB, pp. 21-117.
- _____. (2005), “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana*, Vol.11, n° 2, pp. 577-591.
- _____. (2011), “O conflito como sociação”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Vol. 10, n° 30, pp. 569-574.
- _____. (2013), “A tríade”. Em: COELHO, Maria Claudia (org). *Estudos sobre interação: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 45-74.
- TRAJANO FILHO, Wilson. (2008), “Goffman em África e entre os músicos: Reflexões sobre a influência de sua obra”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, Vol. 23, n° 68, pp. 167-176.
- VELHO, Gilberto. (2002), “Becker, Goffman e a antropologia no Brasil”. *Ilha*, Vol. 4, n° 1, pp. 5-16.
- _____. (2008), “Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, n° 68, pp. 145-148.
- WERNECK, Alexandre. (2009), *O invento de Adão: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais*. Tese (doutorado), PPGSA, UFRJ.

RAONI BORGES BARBOSA (raoniborgesb@gmail.com) é pesquisador do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (Grem) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem (Grei) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Brasil). É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPB e graduado em ciências sociais pela Universidade de Osnabrück, Alemanha.